

TERMO DE USO DA API PÚBLICA DO DATAJUD

Versão 1.2

Brasília-DF, 27 de novembro de 2023

O presente termo de Uso (“Termo”) tem o objetivo de regular as regras e condições de acesso e uso dos serviços aplicáveis à utilização da API pública do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário – DATAJUD disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça, sediado na SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 – Brasília-DF, CNPJ nº 07.421.906/0001-29 (doravante denominado “CNJ”).

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Ao aderir a este Termo, o usuário da API aceita, de forma tácita, irrevogável e sem ressalvas, todas as regras e condições previstas neste documento, bem como os demais termos e condições presentes no endereço eletrônico <https://www.cnj.jus.br/sistemas/datajud/api-publica/>, no momento da utilização do serviço.

1.2 O usuário manifestará tacitamente sua aceitação às condições deste termo ao utilizar a interface.

2 DO USO DA APLICAÇÃO

2.1 A API pública disponibiliza aos usuários o acesso aos metadados processuais relativos aos processos públicos do Datajud.

2.2 A instruções de acesso, bem como consumo dessas informações estão disponíveis em <https://www.cnj.jus.br/sistemas/datajud/api-publica/>.

3. 3 RESPONSABILIDADES

3.1. O CNJ não se responsabiliza pelo mal uso do aplicativo ou eventuais danos morais ou patrimoniais provenientes da má interpretação dos seus dados ou dos resultados por ela apresentados.

3.2. O usuário da API pública se responsabiliza pelo uso da interface e das informações, pesquisas, documentos ou qualquer espécie de informação derivada de seu uso.

3.3. A API é fornecida exclusivamente para fins legais, não comerciais e autorizados, sendo seu uso indevido, abusivo, ilegal, malicioso ou imoral estritamente proibido.

3.4. O CNJ se reserva o direito de modificar ou interromper a API a qualquer momento ou de conceder ou revogar acesso sem aviso prévio.

3.5. O CNJ não assume qualquer responsabilidade por danos ou perdas resultantes do uso ou impossibilidade de uso da API.

3.6. O CNJ não garante a precisão, integridade ou atualidade dos dados fornecidos pela API.

3.7. O usuário é responsável por garantir que seus sistemas e aplicativos sejam compatíveis com a API e atendam aos requisitos técnicos estabelecidos.

3.8. O usuário concorda em não modificar, distribuir, vender ou explorar comercialmente a API ou qualquer informação derivada dela.

3.9. O usuário concorda em dar ciência ao CNJ de qualquer informação, notícia, estudo, relatório ou documento de qualquer natureza que seja disponibilizado ao público em geral.

- 3.10. O CNJ se reserva o direito de monitorar o uso da API e tomar medidas para proteger seus direitos e interesses legais.
- 3.11. O usuário concorda em não usar a API para coletar informações pessoais de terceiros.
- 3.12. O usuário concorda em usar a API de acordo com as limitações técnicas e operacionais especificadas pelo CNJ.
- 3.13. O usuário concorda em não realizar mais de 120 requisições por minuto, a menos que tenha autorização expressa por escrito do CNJ.
- 3.14. O CNJ se reserva o direito de limitar o número de requisições por usuário ou por chave de API a qualquer momento e sem aviso prévio.
- 3.15. O usuário concorda em não usar a API de forma a sobrecarregar, desabilitar ou prejudicar o funcionamento da API ou dos servidores do CNJ.
- 3.16. O CNJ se reserva o direito de monitorar o uso da API e tomar medidas para proteger seus direitos e interesses legais.
- 3.17. O usuário concorda em não tentar contornar as medidas de segurança ou autenticação implementadas pela API.
- 3.18. O usuário concorda em não fazer engenharia reversa da interface ou de qualquer parte da API.
- 3.19. O usuário concorda em informar imediatamente qualquer falha de segurança, de acesso ou erro na informação prestada.
- 3.20. O usuário concorda em não usar a API para violar a privacidade ou os direitos de propriedade intelectual de terceiros.
- 3.21. O usuário concorda em não usar a API para fins que possam ser considerados ofensivos, discriminatórios ou que violem as leis brasileiras ou internacionais.
- 3.22. O CNJ se reserva o direito de alterar estes termos e condições a qualquer momento, sem aviso prévio.
- 3.23. O usuário concorda em manter suas informações de contato atualizadas e em informar o CNJ imediatamente caso haja alguma mudança em seus dados cadastrais.
- 3.24. O usuário concorda em cooperar com o CNJ em caso de investigações ou disputas relacionadas ao uso da API.

4. DISPOSIÇÕES SOBRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

- 4.1. O usuário concorda em usar a API em conformidade com a LGPD e outras leis e regulamentos aplicáveis.
- 4.2. O usuário concorda em não coletar, armazenar ou processar dados pessoais originários da API ou realizar cruzamentos de informação para esse fim, exceto conforme permitido pela LGPD e outras leis e regulamentos aplicáveis.
- 4.3. O CNJ se reserva o direito de limitar ou suspender o acesso do usuário à API em caso de suspeita de violação da LGPD ou outras leis e regulamentos aplicáveis.
- 4.4. O usuário concorda em manter os dados pessoais eventualmente coletados por meio da API seguros e confidenciais, em conformidade com a LGPD e outras leis e regulamentos aplicáveis.
- 4.5. O usuário concorda em notificar o CNJ imediatamente em caso de suspeita ou confirmação de violação de dados pessoais.

4.6. O usuário concorda em não compartilhar dados pessoais coletados por meio da API com terceiros.

5. FORO

5.1 As Partes elegem o foro da Comarca de Brasília/DF para a resolução de quaisquer controvérsias oriundas deste termo, renunciando a todo e qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

6. ACEITAÇÃO DO TERMO E CONDIÇÕES DE USO

6.1 O Usuário declara ter lido, entendido e aceitado todas as regras, condições e obrigações estabelecidas no presente termo.